

## **O problema do desenraizamento na Argentina: Dados concretos para entender a realidade**

Por Manuel Martino\*

As formas de ruralidade mudaram nas últimas décadas. O avanço da produção em larga escala, o desaparecimento de pequenas e médias fazendas e a falta de processos que agregam valor à produção primária não incentivam a vida no campo. As pessoas trabalham no campo, mas não vivem no campo. O panorama diário do "interior" da Argentina reflete ranchos abandonados, grandes extensões sem cercas, escolas rurais fechadas, cidades cuja população não está crescendo ou está desaparecendo, estações ferroviárias fechadas e fábricas antigas. As pessoas migraram do campo para a aldeia, da aldeia para a cidade e da cidade para os grandes centros urbanos em busca de melhores oportunidades. Netos ou filhos de pequenos fazendeiros, proprietários de barracas, caminhoneiros, comerciantes rurais e jovens, encontram o lado oposto na urbanidade: superlotação e marginalização. A distribuição desigual da população no território é um dos principais problemas sociais e ambientais que enfrentamos.

Os dados são alarmantes. A Argentina é o 7º maior país do mundo em termos de superfície, mas o 32º maior em termos de população, tornando-a um dos países menos densamente povoados com uma das mais altas taxas de urbanização (92%).

Apenas 8% das pessoas vivem em cidades com menos de 2 mil habitantes, o que produz números impressionantes, como 41% da população argentina que vive em um dos três conglomerados urbanos (Grande Buenos Aires, Grande Rosário e Grande Córdoba), a maioria sem serviços básicos.

### **O êxodo rural é das terras férteis para as conurbações**

De acordo com o último censo agrícola, um agricultor desapareceu a cada duas horas desde 2002.

De 2002 a 2018, 80 mil explorações agrícolas desapareceram, o que representa 25,5%. Mas, se olharmos o período desde 1988, 41,5% desapareceram. Isto levou a uma concentração da produção: 1% das AHs ocupam 36% da superfície do setor, enquanto 55% dessas fazendas ocupam apenas 2% da terra.

As políticas demográficas, a instalação de centros fabris em grandes zonas urbanas e a concentração de terras nas mãos de empresas transnacionais produziram um dos maiores êxodos rurais da Argentina. Um planejamento que deixou terras muito férteis sem uma comunidade.

Desta vez o êxodo não é apenas de áreas desérticas para áreas urbanas, mas também de territórios rurais com alto rendimento agrícola, sem restrições de recursos ambientais, solos profundos, clima temperado e disponibilidade de água.

O primeiro passo no processo de concentração de terra está relacionado com a posse de terra. Primeiro, os campos são alugados para as grandes sementeiras que, em alguns casos, pagam mais do que a rentabilidade que uma cultura pode proporcionar, depois o proprietário é descapitalizado e, finalmente, a terra é vendida a esses grandes proprietários de terras. Isto também cria uma classe no setor que não produz e é dependente da renda agrícola.

Para entender este processo, é preciso olhar não apenas para quem é o proprietário do terreno, mas também para quem usa o terreno. Isto porque o processo de concentração na região Pampeana começou com o arrendamento. Nacionalmente, 19% das terras de propriedade privada são arrendadas a terceiros. Mas, este indicador aumenta na região de cultivo de soja do país, mostrando o avanço das sementeiras no uso das terras mais férteis. A percentagem de terras arrendadas privadas sobe para 33% na província de Buenos Aires (8 em 23,6 milhões de hectares), 36% na província de Santa Fé (3,5 em 9,4 milhões de hectares) e 40% na província de Córdoba (4,7 em 11,7 milhões de hectares). Ao mesmo tempo, o cultivo da soja representa 35% das culturas agrícolas do país, em detrimento das economias regionais, que reduziram sua produção, juntamente com a pecuária, que tem o mesmo número de cabeças de gado há 50 anos e está sofrendo uma concentração semelhante.

### **Enraizar é o primeiro passo para o repovoamento nacional**

O processo de produção de soja, a perda da produção pecuária e da produção local de alimentos, e a falta de valor agregado, jogam por terra a teoria de um campo que gera a mão de obra necessária para favorecer o desenvolvimento. Isto vai de mãos dadas com uma forte hegemonia cultural de desenraizamento, consumo e a cidade como sinônimo de "progresso". É por isso que o primeiro passo é consolidar as raízes nas aldeias rurais.

Há uma ideia estabelecida de que aldeias rurais, a própria ruralidade, é sinônimo, por um lado, de uma vida tranquila sem os problemas sociais de superlotação nas grandes cidades (o que de fato é verdade) e, por outro lado, de atraso tecnológico, estagnação, isolamento e falta de oportunidades, o que também é parcialmente verdade. Mas, esta última não deve ser vista como uma realidade estagnada, e sim como o piso térreo de novas necessidades básicas para a vida no contexto da ruralidade.

Ao abordar a questão das raízes, é importante fazê-lo a partir do território em questão, começando pelas necessidades concretas da população na forma de uma lista de demandas, e depois passando aos problemas estruturais. Não com uma visão camponesa idílica, mas com uma visão baseada nos conceitos de valor agregado na fonte, tecnologia, energias alternativas, produção de alimentos e organização comunitária.

### **Eixos que fortalecem os processos de enraizamento rural**

Embora as propostas mais desenvolvidas, estratégias e experiências concretas mereçam um novo artigo, os sete pontos a seguir são a base para consolidar os processos nacionais de enraizamento e repovoamento.

1. Utilizar e recuperar antigas linhas férreas, dando utilidade ao terreno (em muitos casos desviado por grandes proprietários de terras ou produtores privados).
2. Recuperar a terra correspondente à propriedade fiscal existente, que segundo dados do Censo Agrícola Nacional, corresponde a um total de 5.797.440,00 hectares em todo o país.
3. Promover a capacitação, produção, comercialização, valor agregado na origem, comunicação, habitat e produção cultural nas comunidades de vilas e áreas rurais.
4. Desenvolver espaços de educação formal e não-formal que abordem esses eixos.
5. Estabelecer a perspectiva da soberania alimentar nas comunidades rurais e urbanas.
6. Consolidar e multiplicar os canais locais de comercialização, favorecendo o consumo de produtos ecológicos, saudáveis, naturais e locais a um preço justo.

7. Promover a participação ativa das mulheres a fim de alcançar a igualdade de oportunidades na esfera rural. Uma informação que proporciona um desenvolvimento mais profundo da matriz agrícola é que apenas 20,49% das explorações agrícolas em todo o país são de propriedade de mulheres, enquanto 77,80% da terra é de propriedade de homens.
8. Revalorizando a cultura rural em diálogo com o conhecimento científico e tecnológico.
9. Promover a construção de moradias sustentáveis e ecológicas.

### **Referências**

Fonte de dados numéricos: Censo Agrícola Nacional, Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC), República da Argentina, 2018.  
<https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel4-Tema-3-8-87>

\*Manuel Martino é um membro da Federação Rural.